



## ESTÁGIOS NÃO REMUNERADOS: DESAFIOS TRABALHADORES EM MATEMÁTICA/CAA

José Gustavo Batista da Silva<sup>1</sup> • Gabriel André da Silva<sup>2</sup> • Eduarda Kelly dos Santos<sup>3</sup> • Rafaela Silva Oliveira<sup>4</sup>

### Eixo 5 – Formação de Professores

**Resumo:** Este trabalho analisa os desafios enfrentados por estudantes de licenciatura que precisam conciliar o trabalho remunerado com a obrigatoriedade dos estágios curriculares supervisionados não remunerados, especialmente no contexto do curso de Matemática-Licenciatura. A pesquisa tem natureza qualitativa e fundamenta-se em revisão bibliográfica, legislação educacional e dados de instituições como a ANFOPE. O estudo evidencia que a ausência de políticas de apoio financeiro torna o estágio obrigatório um fator excluyente para grande parte dos licenciandos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, comprometendo sua permanência e conclusão do curso. Além disso, demonstra-se como essa exigência legal, embora essencial à formação docente, não considera as condições reais de vida dos estudantes-trabalhadores. A análise também destaca a importância do estágio supervisionado para o desenvolvimento da identidade docente e para a construção de competências previstas na BNCC, reforçando a necessidade de políticas públicas estruturantes. Propõe-se, assim, a ampliação de programas como PIBID e a volta da Residência Pedagógica, a criação de bolsas universais para estágio, a flexibilização de horários e o fortalecimento do apoio psicossocial. Conclui-se que a formação de professores deve ser compreendida como responsabilidade coletiva e compromisso político com a democratização da educação pública e com a valorização da docência, especialmente na área da Educação Matemática.

**Palavras-chave:** Licenciandos Trabalhadores. Estágio Supervisionado. Vulnerabilidade Socioeconômica. Permanência Estudantil.

### 1 Introdução

A formação inicial de professores no Brasil constitui um processo marcado por diversos processos sociais, econômicos e políticos, que impactam diretamente a permanência e a qualidade da formação docente. Os estágios curriculares obrigatórios supervisionados representam, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), uma etapa fundamental para a articulação entre teoria e prática pedagógica. Todavia, a imposição da obrigatoriedade desses estágios, ausente de remuneração, evidencia um mecanismo inacessível para licenciandos trabalhadores que precisarem conciliar jornadas duplas de estudo e trabalho, a qual enfrentam desafios estruturais que comprometem sua trajetória acadêmica.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • licenciando • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • gustavo.bsilva@ufpe.br • ORCID 0009-0002-6751-1019

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • licenciando • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • gabriel.andres@ufpe.br • ORCID 0009-0006-0566-6460

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • licenciando • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • eduarda.Kelly@ufpe.br • ORCID 0009-0002-8680-1724

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • licenciando • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • rafela.rso2@ufpe.br • ORCID 0009-0006-2206-922X





Essa problemática revela o conflito entre a exigência de formação prática qualificada e as constantes desigualdades sociais que atravessam o processo acadêmico desses futuros professores. Por meio de uma análise crítica, este estudo propõe-se a compreender os principais desafios enfrentados pelos licenciandos trabalhadores diante da obrigatoriedade dos estágios não remunerados, considerando as dimensões legal, social, histórica e pedagógica da questão. Além disso, pretende-se articular essa reflexão com políticas públicas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a Residência Pedagógica e o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, avaliando suas potencialidades e limitações na garantia de equidade na formação docente.

Ao problematizar esses aspectos, busca-se contribuir para o debate acerca da necessidade de políticas públicas estruturantes que promovam a permanência e valorização dos licenciandos trabalhadores, posicionando a formação docente como compromisso político e ético para a democratização da educação pública brasileira.

Este estudo tem como objetivo analisar a experiência de estudantes de licenciatura que, enquanto trabalham em atividades profissionais remuneradas, também precisam cumprir estágios curriculares supervisionados, obrigatórios e não remunerados. Essa condição coloca os licenciandos em uma situação de conflito, na qual a exigência legal de formação prática entra em choque com a falta de apoio financeiro e institucional necessário para viabilizar essa etapa da formação.

De que maneira a obrigatoriedade dos estágios curriculares não remunerados impacta a permanência e a conclusão dos cursos de licenciatura por parte dos estudantes que precisam trabalhar para se manter na universidade? A partir dessa pergunta, pretende-se discutir criticamente as contradições entre a legislação educacional vigente, os ideais de formação docente de qualidade e as condições reais de vida dos licenciandos, apontando possíveis caminhos para uma política de formação mais justa, inclusiva e sensível às realidades sociais dos futuros professores.

## 2. Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa, fundamentado em uma pesquisa bibliográfica com foco em compreender, por meio da literatura acadêmica e de documentos oficiais, como a obrigatoriedade dos estágios curriculares não remunerados impacta os estudantes de licenciatura, especialmente aqueles que necessitam trabalhar para se manter na universidade. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é apropriada





para estudos em que o objetivo é obter, examinar e discutir as contribuições teóricas já produzidas sobre determinado problema.

Assim, foram selecionados livros, artigos científicos, dissertações, teses, leis e relatórios técnicos publicados como obras clássicas e contemporâneas da área de formação docente, com destaque para autores consagrados como Libâneo (2012), Bourdieu (2007) e Vygotsky (1991), cujos trabalhos oferecem bases teóricas para compreender a relação entre as condições materiais dos licenciandos e o processo formativo.

O referencial teórico foi utilizado como base para a análise crítica das condições que envolvem o estágio obrigatório nos cursos de licenciatura, com atenção especial às implicações sociais e econômicas para os estudantes trabalhadores. Ao adotar essa abordagem, buscou-se não apenas descrever uma realidade, mas compreendê-la à luz das contradições presentes nas políticas públicas de formação docente, visando identificar caminhos possíveis para superação dessas barreiras.

### 3. O estágio supervisionado e sua estrutura no CAA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao definir os direitos de aprendizagem dos estudantes da educação básica, também exige dos futuros docentes uma formação sólida, que articule teoria e prática. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece o estágio supervisionado como parte obrigatória da formação inicial de professores, reforçando a importância da vivência concreta no ambiente escolar. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de licenciatura, por sua vez, confirmam esse compromisso ao exigirem que o estágio se constitua como espaço de reflexão crítica, observação, regência e construção da identidade docente.

Entretanto, essas normativas legais não estabelecem mecanismos de apoio que garantam condições adequadas para sua efetiva realização por parte dos estudantes, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No contexto do curso de Matemática-Licenciatura do Campus Acadêmico do Agreste, da UFPE, essa realidade se concretiza nos relatos de licenciandos que, embora reconheçam o valor formativo do estágio, enfrentam sobrecargas por precisarem conciliar a prática docente com a necessidade de trabalho remunerado.





A literatura especializada e os documentos analisados revelam que o estágio curricular supervisionado, embora seja uma etapa essencial para a formação docente, tem se configurado como um fator de exclusão para grande parte dos estudantes dos cursos de licenciatura. Essa exclusão não decorre apenas da ausência de apoio pedagógico, mas sobretudo da falta de suporte financeiro e institucional que possibilite aos licenciandos cumprir a carga horária exigida sem comprometer sua sobrevivência econômica.

Em muitos casos, os estudantes trabalhadores deparam-se diante de uma escolha difícil: manter o vínculo empregatício ou cumprir a obrigatoriedade do estágio não remunerado, uma vez que a maioria das escolas que os recebem como estagiários funciona nos mesmos turnos em que trabalham. O estágio, ao exigir presença em sala de aula durante o período letivo e acompanhamento constante das atividades escolares, torna-se praticamente inviável para quem depende de uma rotina de trabalho fixa para arcar com despesas básicas como alimentação, transporte e moradia. Essa realidade evidencia uma contradição estrutural: enquanto o Estado exige uma formação sólida e prática para o exercício da docência, não garante os meios para que todos os estudantes possam cumprir tal exigência de forma equitativa.

Como afirma Libâneo (2012), a formação de professores requer políticas articuladas que assegurem tanto a qualidade quanto a inclusão. Contudo, o modelo atual favorece estudantes que possuem melhores condições socioeconômicas, em detrimento daqueles que mais dependem do ensino público e gratuito.

A pesquisa desenvolvida por Bezerra (2023), em seu Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, evidencia o papel fundamental do estágio na formação docente, ao demonstrar que:

83% dos estudantes mudaram completamente suas percepções de escola e sala de aula diante das aulas teóricas e do campo de estágio [...] A convivência com os alunos da educação básica trouxe várias reflexões no âmbito profissional da educação [...], sendo o estágio curricular supervisionado fundamental para os licenciandos em matemática criarem suas próprias conclusões sobre escola e sala de aula (Bezerra, 2023, p. 44).

A partir dessa vivência, é possível perceber como o estágio supervisionado se configura como campo fértil para o desenvolvimento das competências previstas pela BNCC para o professor de matemática, tais como o domínio dos conteúdos específicos da área, a capacidade de planejar e avaliar a aprendizagem e o compromisso com uma aprendizagem significativa e contextualizada dos alunos.





Assim, a pesquisa evidencia que o estágio supervisionado vai além de uma mera exigência curricular, configurando-se como um espaço de construção da experiência prática do docente, alinhado aos fundamentos da BNCC e às demandas contemporâneas de formação de professores comprometidos com a qualidade da educação básica.

Todavia, dados observáveis indicam que, para uma parcela significativa dos estudantes, especialmente aqueles que trabalham, o estágio supervisionado constitui um fator de sobrecarga e estresse, indo além de uma oportunidade pedagógica enriquecedora. A Resolução CNE/CP nº 2/2015 estabelece que o estágio deve ter carga mínima de 400 horas, a serem realizadas preferencialmente na segunda metade do curso, incluindo observação, participação e regência, correspondendo, no campus CAA da UFPE, aos seguintes componentes curriculares do curso de Matemática (Brasil, 2015):

**Figura 1:** Componentes da estrutura curricular do curso

Código	Disciplina	Carga-horária			Período	Natureza
		Teórica	Prática	Total		
MATM0048	Estágio Curricular Supervisionado I	30	75	105	6º	Ensino Fundamental
MATM0050	Estágio Curricular Supervisionado II	30	60	90	7º	Ensino Médio
MATM0058	Estágio Curricular Supervisionado III	30	75	105	8º	Gestão Escolar
MATM0060	Estágio Curricular Supervisionado IV	30	60	105	9º	Ensino não formal

Fonte: UFPE (2017)

A realidade educacional brasileira ainda é marcada por profundas desigualdades sociais que impactam diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes nas instituições de ensino. Muitos jovens, especialmente aqueles oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade, abandonam precocemente os estudos para ingressar no mercado de trabalho como forma de contribuir com a renda familiar. Esse fenômeno atravessa todos os níveis educacionais, e não apenas o ensino superior, como mostra o relato apresentado em uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso: “A mais velha





compartilhou que deixou a escola aos onze anos para ingressar no mercado de trabalho e ajudar nas despesas domésticas” (Siqueira 2024, p. 29).

Programas como o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) e a Residência Pedagógica, implementados pelo Ministério da Educação, surgiram como alternativas importantes ao oferecer bolsas para alguns estudantes em formação. No entanto, o número de vagas é limitado, os processos seletivos são competitivos e nem todos os estudantes conseguem ser contemplados, o que deixa uma parcela significativa da população estudantil descoberta e sem apoio para realizar o estágio obrigatório.

No Brasil, o perfil socioeconômico dos estudantes de licenciatura revela um quadro marcado por vulnerabilidades que impactam diretamente a trajetória acadêmica. Dados da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope, 2021) apontam que aproximadamente 65% dos licenciandos provêm de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salário-mínimo, situação que reforça a necessidade do trabalho remunerado para custear despesas pessoais e acadêmicas.

Essa realidade expõe uma tensão entre a condição social dos estudantes e as demandas institucionais do curso, especialmente no que concerne ao estágio supervisionado obrigatório. Para muitos, a dupla jornada de trabalho e estudo configura-se como um fator de desgaste físico, emocional e cognitivo, reduzindo a capacidade de dedicação às atividades acadêmicas e aumentando os riscos de evasão.

#### 4. Consequências emocionais

A conciliação entre trabalho remunerado, atividades acadêmicas e o cumprimento do estágio supervisionado obrigatório impõe aos licenciandos uma sobrecarga que extrapola o âmbito físico e financeiro, afetando também a dimensão emocional e psicológica da formação docente. Segundo Trópia e Souza (2021), muitos estudantes trabalhadores enfrentam dificuldades estruturais nas universidades federais, o que compromete sua permanência e desempenho acadêmico. O cotidiano desses estudantes é marcado por longas jornadas, prazos exigentes e uma constante sensação de insuficiência frente às múltiplas demandas, o que desencadeia quadros de fadiga mental, estresse crônico e ansiedade

A teoria histórico-cultural de Vygotsky (1991) contribui para a compreensão de como o ambiente social influencia diretamente o desenvolvimento humano. Segundo o





autor, os processos mentais superiores se constituem por meio das interações sociais, mediadas por instrumentos e signos, e o aprendizado ocorre de forma plena apenas quando existem condições objetivas que o possibilitem. No entanto, o contexto vivenciado pelos estudantes-trabalhadores restringe essas possibilidades, pois o acúmulo de funções e a ausência de suporte institucional dificultam o engajamento pleno nas experiências de formação, sobretudo nas práticas de estágio que requerem observação atenta, análise crítica e envolvimento afetivo com os sujeitos da escola básica.

Pesquisas em psicologia educacional apontam que estudantes submetidos a duplas ou triplas jornadas apresentam maior propensão a quadros de esgotamento emocional, dificuldades de concentração e baixa autoestima acadêmica. Os resultados evidenciam que:

Dificuldades financeiras também interferem na vida e no contexto acadêmico de praticamente 1/4 dos estudantes (24,7%), sendo uma dificuldade mais sentida pelos desocupados. Os dados mostram que 33% dos desocupados, 19,3% dos ocupados e 18,8% dos não-trabalhadores têm dificuldades financeiras que afetam sua vida acadêmica (Trópia; Souza, 2021, p.18).

O excesso de responsabilidades e a ausência de reconhecimento institucional geram uma sensação de invisibilidade que compromete o vínculo com o curso e alimenta o desejo de abandono. Além disso, o medo de não conseguir cumprir os requisitos do estágio dentro dos prazos, ou de ter sua performance avaliada negativamente por docentes orientadores, intensifica o sofrimento psíquico.

A qualidade da prática pedagógica realizada no estágio também tende a ser impactada negativamente. A falta de tempo para o planejamento das intervenções, a chegada atrasada ou exausta às escolas-campo, e a indisponibilidade para participar de reuniões pedagógicas, limitam a imersão necessária à vivência docente. Como consequência, o estágio, que deveria ser um espaço de construção da identidade profissional e de consolidação da práxis pedagógica, torna-se uma obrigação burocrática vivida sob pressão.

O Projeto Pedagógico do Curso de Matemática-Licenciatura da UFPE reconhece, ainda que de modo indireto, a importância de acolher as diferentes realidades dos licenciandos. Contudo, a ausência de mecanismos de flexibilização ou de acolhimento psicológico torna-se um obstáculo à permanência qualificada dos estudantes. O apoio psicossocial, neste sentido, deveria ser um eixo transversal da política de formação





docente, garantindo condições de saúde mental que favoreçam o aprendizado significativo e o desenvolvimento profissional.

## 5. Contribuição

As reflexões apresentadas neste estudo evidenciam que a obrigatoriedade dos estágios curriculares supervisionados, quando desprovida de suporte institucional e financeiro, representa uma barreira significativa à permanência e à formação de licenciandos em Matemática, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa realidade impõe desafios não apenas individuais, mas também coletivos, que afetam diretamente a qualidade da Educação Matemática no país.

Ao expor as contradições entre as exigências legais e as condições reais de vida dos estudantes, este trabalho contribui para ampliar o debate sobre políticas públicas que promovam uma formação inicial mais igualitária e sensível às especificidades do licenciando trabalhador. Nesse sentido, reitera-se a importância de fortalecer e ampliar programas como o PIBID e o Pé-de-Meia Licenciaturas, bem como de reativar o Residência Pedagógica, atualmente descontinuado (Brasil, 2018), garantindo um acesso mais amplo e contínuo ao apoio financeiro.

Diante dessas contradições, é importante destacar a urgência da criação de políticas públicas e marcos normativos que assegurem a permanência do estudante trabalhador no ensino superior, especialmente durante a realização dos estágios curriculares obrigatórios não remunerados. A ausência de mecanismos que garantam proteção trabalhista ou estabilidade mínima ao licenciando gera insegurança e, muitas vezes, a perda de empregos formais em decorrência da incompatibilidade de horários. Assim, torna-se necessário propor medidas que assegurem a flexibilização de jornada sem prejuízo salarial e a articulação entre universidades, empresas e Estado para viabilizar convênios que conciliam formação prática e manutenção do vínculo empregatício.

Além disso, a criação de bolsas universais para estágio e o reconhecimento do estágio supervisionado como parte integrante do processo formativo e laboral são caminhos necessários para combater a exclusão social.

Recomenda-se, portanto, a formulação de políticas universais de bolsas para os estágios curriculares obrigatórios, a flexibilização de horários e da carga horária exigida, bem como o investimento em ações de apoio psicossocial. Tais medidas configuram a





formação docente como uma responsabilidade compartilhada entre as instituições de ensino, os governos e a sociedade civil.

Dessa forma, a valorização da docência deve ser compreendida como um compromisso político que transcende a esfera acadêmica. Garantir a permanência de licenciandos no ensino superior, especialmente daqueles que conciliam trabalho e estudo, não é apenas uma questão de apoio individual, mas de responsabilidade coletiva. Trata-se de assegurar o direito à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade para toda a população brasileira, ao mesmo tempo em que se promove uma formação docente mais justa, equitativa e socialmente comprometida.

Diante desse quadro, algumas medidas podem ser pensadas. No âmbito institucional, universidades podem oferecer alternativas como estágios noturnos, aos finais de semana ou em modalidades híbridas, bem como estabelecer convênios com escolas que aceitem horários diferenciados. Também é possível fornecer apoio documental, como cartas ofício, para que o estudante negocie com seu empregador a flexibilização de horário.

No campo das políticas públicas, seria necessário discutir alterações na Lei do Estágio que reconheçam a especificidade do estudante trabalhador, garantindo-lhe algum nível de proteção legal. Sugere-se, por exemplo, a criação de uma licença parcial que permita conciliar o trabalho com o estágio obrigatório, sem risco de perda do vínculo empregatício, ou mesmo incentivos fiscais para empresas que adotem práticas de flexibilização de jornada. Além disso, o fortalecimento de bolsas de estágio supervisionado, especialmente destinadas a licenciandos, poderia reduzir a pressão econômica que obriga muitos a manter empregos incompatíveis com sua formação.

Em síntese, o estágio supervisionado, embora indispensável, revela contradições estruturais quando se considera o perfil socioeconômico dos licenciandos trabalhadores. O desafio posto é pensar em políticas de permanência e adaptações legais que garantam a todos os estudantes condições equânimes de formação, sem que sejam forçados a escolher entre o direito à educação e a necessidade de sobrevivência.

## Referências

ANFOPE. *Relatório Nacional da Formação de Professores no Brasil*. 2021.





BEZERRA, Rener da Silva. *A importância da disciplina de estágio supervisionado no curso de formação de professores de Matemática do Campus do Agreste: teoria x prática*. 2023. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 124, p. 8-12, 4 ago. 2015.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Programa de Residência Pedagógica*. Brasília, DF: CAPES, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/residencia-pedagogica>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2011.788-2008?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.788-2008?OpenDocument). Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. Portaria CAPES nº 6, de 15 de janeiro de 2025. Dispõe sobre o regulamento Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência – PédeMeia Licenciaturas. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, seção 1, p. 38, 16 jan. 2025. Disponível em: CAD CAPES: Portaria nº 6, de 15 de janeiro de 2025. Acesso em: 4 ago. 2025.

DE ARAÚJO, R. M.; GOMES, F. P.; LOPES, A. de O. B. Pesquisa em administração: qualitativa ou quantitativa?. *Revista Vianna Sapiens*, v. 3, n. 1, p. 25, 2017. Disponível em: <https://viannasapiens.com.br/revista/article/view/67>. Acesso em: 31 jul. 2025.

FERREIRA, Valéria Silva; NEITZEL, Adair de Aguiar; COSTA, Denise. Os impactos do PIBID nas licenciaturas e na Educação Básica. *Conjectura: Filosofia e Educação*, Caxias do Sul, v. 18, n. especial, 2013, p. 98-121.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 2012.

MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura*. Brasília, 2015.





SIQUEIRA, Ana Cecília Araújo de. *A matemática da costura: um estudo sobre a integração dos saberes escolares nas práticas profissionais das costureiras de Santa Cruz do Capibaribe na Educação de Jovens e Adultos*. 2024. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática – Licenciatura) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2024.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRÓPIA, Patrícia Vieira; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. 2023. Artigo (Publicado em periódico) – *Pro-Posições*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Projeto Pedagógico do Curso de Matemática – Licenciatura – PPC*. Caruaru, 2017.

